

# **3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE AS VÁRIAS FORMAS DE MUDAR O BRASIL**

## **TEXTO ORIENTADOR EIXO TEMÁTICO 6 - CULTURA**

**Brasília, junho de 2015**

Este texto tem o objetivo de estimular a discussão sobre o tema da Cultura no processo de mobilização da 3ª Conferência Nacional de Juventude. As abordagens escolhidas não representam, necessariamente, posição formal da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude ou de qualquer outra instância, mas um conjunto de apontamentos e arrazoados que devem ser debatidos e aprofundados para o desenvolvimento de propostas às etapas da Conferência.

## JUVENTUDE E CULTURA

### INTRODUÇÃO

O direito à cultura constitui um dos principais eixos do Estatuto da Juventude, que, em seu capítulo V - artigo 21, afirma que o “jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social”.

Todos os documentos produzidos no âmbito da criação da política nacional de juventude destacam a necessidade de se considerar a importância da dimensão da cultura para a vida dos jovens e a urgência de integrá-la como direito a ser correspondido pelo estado, com o mesmo grau de importância das outras áreas. Tal concepção está presente já no documento produzido pelo *Projeto Juventude*, de 2004, no qual se explicita a fundamentação dessa importância:

#### (BOX 1)

*Cultura é uma palavra chave que se relaciona com diferentes planos da vida dos jovens. Interfere na sua formação e informação, incidindo na produção e disputa de sentidos e valores; influi na constituição de identidades e sociabilidades pessoais e coletivas, incidindo nos modos como se estruturam seus vínculos e confrontos societários; oferece-se como diversão e fruição, incidindo no uso do tempo livre e no modo de relação com os espaços públicos e territórios sociais; está presente na criação e expressão de arte, incidindo nos modos como manifestam suas visões de mundo. (...) várias pesquisas (referem-se) à importância da esfera cultural e do lazer como espaço produtor de sociabilidade. Nos espaços de lazer os jovens encontram possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 33)*

Dessa visão, apreende-se que o direito à cultura está fortemente relacionado a outros direitos abordados no Estatuto: o direito ao lazer e ao entretenimento; o direito à informação e à comunicação; o direito ao território e aos espaços públicos; o direito à participação e à cidadania.

A produção de um diagnóstico sobre o quanto o direito à cultura está ou não sendo garantido aos jovens não é, contudo, tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque a própria ideia de direito à cultura ainda não está suficientemente consolidada, muito menos a compreensão de sua importância no debate das prioridades na execução das políticas públicas. Em segundo lugar, porque há carência de dados e informações sobre as práticas, as demandas e as ações relativas à cultura.

Do ponto de vista dos direitos relativos à cultura para a juventude, os principais eixos a serem diagnosticados – e que deveriam estabelecer as linhas para a construção dos desafios a serem enfrentados – são:

- **Acesso à fruição de cultura:** O quanto os jovens acessam e frequentam atividades culturais? Quais são os impedimentos? O que produz desigualdades nesses acessos? Quais são as principais demandas? Em relação às políticas e ações existentes, quais são os mecanismos de estímulo ou de garantia de acesso às atividades culturais? Quantos são os jovens beneficiados por eles?

- **Equipamentos:** Quais equipamentos existem? Onde? De que modo os equipamentos onde se processam atividades de cultura estão – ou não – disponíveis para os jovens (distribuição geográfica, gratuidade)?
- **Apoio à expressão e à produção:** Existem atores jovens que desenvolvem ações culturais? Que tipos de apoio demandam? Quais tipos de apoio existem na forma de políticas públicas? Como os atores culturais jovens acessam – ou não – esses apoios?
- **Participação:** De que modo(s) os jovens têm ampliado sua participação em diferentes espaços de debate e intervenção através da cultura? De que modos participam dos mecanismos de debate e resolução sobre políticas de cultura? De que modo(s) estão presentes nos mecanismos de participação na política cultural?

## CONSTRUINDO UM DIAGNÓSTICO

Os dados estatísticos sobre cultura são escassos e permitem medir o quanto o direito à cultura está sendo garantido de modo apenas aproximado.

Há um esforço recente, por parte do Ministério da Cultura, apoiado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de levantar e analisar dados. Contudo, esses dados são mais abundantes no que diz respeito à economia da cultura e aos valores do investimento público nesse campo do que no que se refere à demanda e ao acesso da população aos equipamentos e atividades culturais. Alguns desses dados foram levantados em pesquisas específicas, realizadas na década passada. Entretanto, por serem pontuais, não possibilitam a realização de análises de tendências. Além disso, a maior parte das informações não se encontra disponível segundo o recorte etário.

O IBGE começou a coletar informações sobre a relação do poder público com a cultura na *Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC*, desde quando foi iniciada, em 1996, colhendo dados sobre a estrutura existente para o desenvolvimento das políticas de cultura nos municípios: existência e tipo de órgão gestor, pessoal envolvido, número e tipos de equipamentos (21 tipos de equipamentos culturais e meios de comunicação), tipos de atividades, investimento realizado. A partir desses dados, tornou-se possível montar um sistema de informações municipais de cultura – Sistema de informações e indicadores culturais. A produção de dados está focada nos municípios, pois é esta a esfera que concentra a execução de políticas culturais. Do ponto de vista da economia da cultura, os dados da *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*, do Ministério do Trabalho e Emprego, permitem a obtenção de séries históricas mais consistentes sobre número de estabelecimentos comerciais, pessoal ocupado na área, perfil dos profissionais etc.

Em 2006, foi produzido um suplemento especial da MUNIC sobre cultura, que resultou na publicação *Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006*, onde são acrescentados dados sobre a existência de órgãos gestores e conselhos de cultura, realização de atividades e eventos e existência de grupos culturais nos municípios.

Por sua vez, em 2010, o Ministério da Cultura (MINC) produziu a publicação *Cultura em números*, reunindo todas essas informações fundadas em estatísticas oficiais<sup>1</sup>, acrescidas dos resultados de uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) sobre consumo de cultura e comunicação. Trabalho mais completo existente sobre o tema, a publicação atenta para o fato de que “a área cultural apresenta algumas dificuldades, já que é permeada por particularidades nem sempre tangíveis ou mensuráveis. Dessa maneira, os indicadores culturais sempre serão demonstrações ‘parciais’ da realidade. Isso não diminui a sua importância.” (p. 30).

Nesse contexto, buscando uma aproximação mais acurada ao segmento juvenil, utiliza-se, para a construção desse diagnóstico, a pesquisa *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*, da Secretaria Nacional da Juventude, que permite levantar informações sobre hábitos e demandas de cultura e lazer entre os jovens, examinando algumas das incidências relativas a recortes de renda, cor e situação de domicílio. Para aprofundar o entendimento da singularidade do tema neste segmento etário, são feitas comparações com dados da pesquisa de opinião pública *Públicos de Cultura*, de 2013, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com o SESC. Os itens que podem ser investigados, dessa maneira, são: uso do tempo livre, acesso a equipamentos, frequência de atividades e demandas não respondidas de lazer, cultura e entretenimento. Cabe ressaltar que os dados disponíveis sobre hábitos, frequência e demanda de cultura estão, na maior parte das vezes, misturados aos de lazer e entretenimento, no contexto do uso do tempo livre, uma vez que é desse modo que a prática de fruição de cultura se processa preponderantemente.

## **AS DEMANDAS DOS JOVENS - O QUE DIZEM OS DADOS**

A sistematização dos dados obtidos nas fontes abordadas no item anterior oferece algumas possibilidades de análise interessantes sobre as relações dos jovens brasileiros com a cultura, com vistas a uma avaliação sobre o quanto o direito a ela lhes está sendo garantido (ou negado). Assim, apresentam-se, a seguir, algumas interpretações desses dados.

### **1. Fruição de cultura - Acesso (quantidade, desigualdades) e frequência (itens mais demandados)**

#### **1.1 Tempo livre e atividades de entretenimento e cultura**

Atividades de entretenimento e cultura são hábitos e demandas de todos os segmentos etários, mas ganham dimensão especial na fase juvenil. Cultura e lazer são temas especialmente importantes para os jovens.

Muito da fruição de filmes, música, literatura e outros bens culturais é realizada dentro de casa, por meio do consumo doméstico, em torno da televisão, de aparelhos de som, DVD, internet – hábito que vem crescendo na população como um todo (o que pode ser verificado tanto na pesquisa do IBOPE quanto na da Fundação Perseu Abramo e na

---

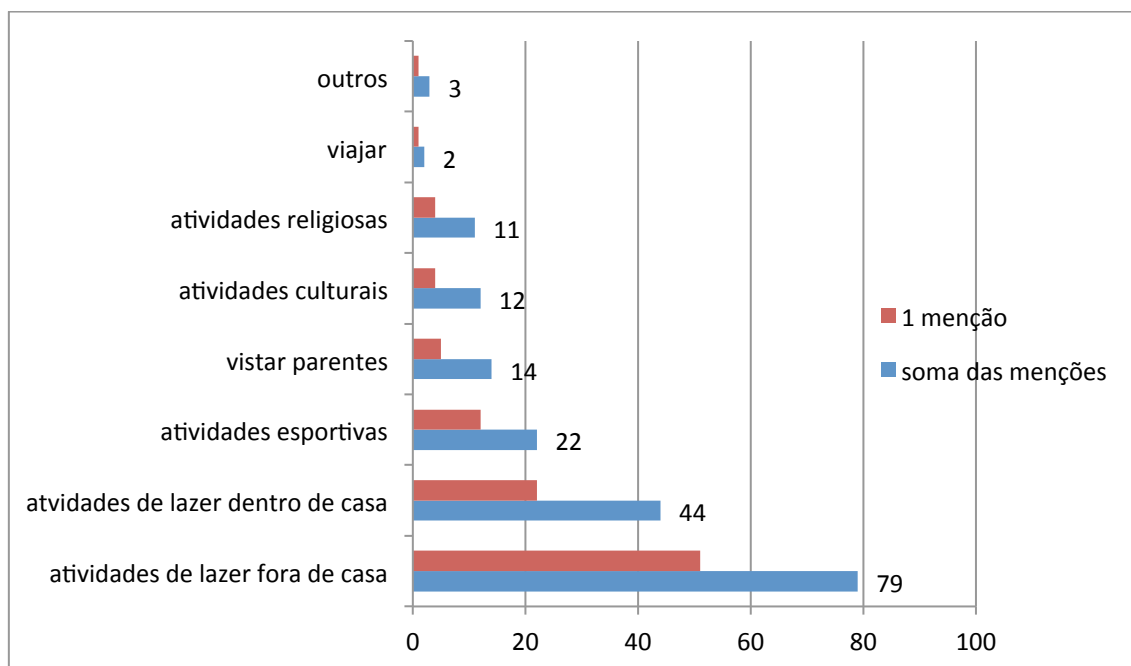
<sup>1</sup> Além dos dados da MUNIC e da RAIS, foram computados, também, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, de 2005/2006, que acrescentam informações sobre os gastos das famílias com cultura.

pesquisa Agenda Juventude Brasil). Mas a busca por realizar atividades de lazer fora de casa, no tempo livre, dentre as quais as de fruição cultural (como cinema, teatro, apresentações musicais), é maior entre os jovens do que no conjunto da população.

Segundo a pesquisa Agenda Juventude Brasil (2013), 79% dos jovens disseram usar parte de seu tempo livre nos fins de semana em atividades de lazer e entretenimento fora de casa (como sair, passear, conversar com amigos, namorar, ir a bares e restaurantes, frequentar cinemas, teatros ou *shows*); 44% citaram atividades realizadas dentro de casa (como descansar, assistir TV, dormir, ficar com a família, praticar jogos eletrônicos, navegar na internet); e 22% apontaram a realização de alguma atividade esportiva. Na pesquisa da FPA/SESC (2013), realizada com a população em geral, foram 47% os que afirmaram fazer atividades de lazer, cultura e entretenimento fora de casa nos fins de semana, parcela igual à que disse limitar suas atividades de lazer à esfera doméstica.

As atividades mais realizadas são aquelas que não envolvem custos, como passear em parques ou *shoppings*, sair com amigos, ir a festas na casa de conhecidos. A exceção a essa regra diz respeito ao costume de sair para beber com amigos (bares e assemelhados).

**Gráfico 1.** Atividades no tempo livre nos fins de semana – jovens de 15 a 29 anos



Fonte: Agenda Juventude Brasil, 2013.

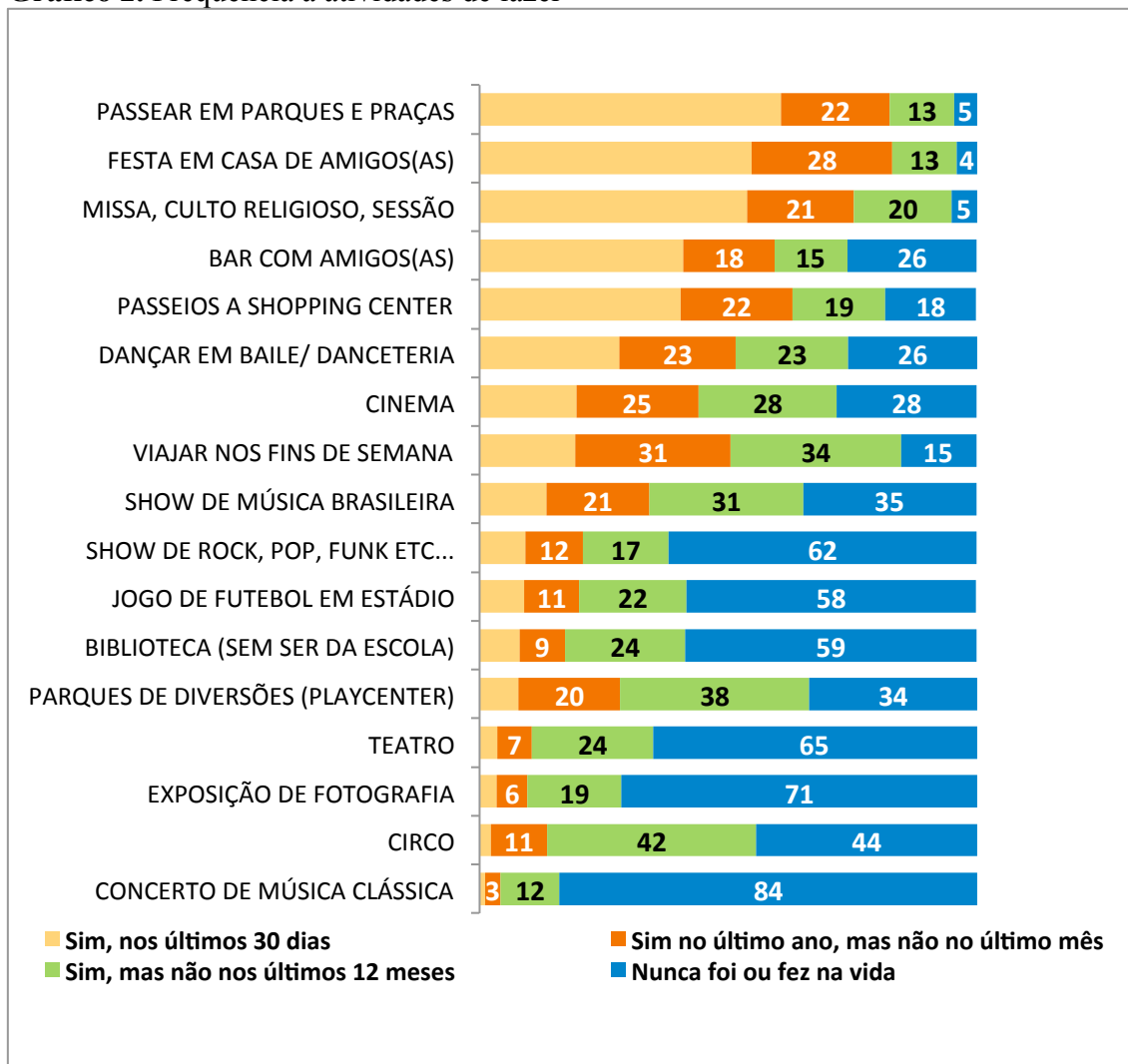
As atividades de caráter mais cultural – como ir ao cinema, ao teatro, a espetáculos musicais – são realizadas em escala bem menor do que os passeios sem custo, mas, ainda assim, os jovens as realizam mais do que os adultos. Na comparação entre a pesquisa da FPA/SESC (população adulta a partir de 18 anos, em outubro de 2013) e a pesquisa Agenda Juventude Brasil (jovens entre 15 e 29 anos, em maio 2013), observa-se que, enquanto cerca de 7% da população adulta em geral tem o hábito de realizar atividades culturais fora de casa nos fins de semana, essa porcentagem sobe para 13% entre os jovens.

Na pesquisa do IBOPE, uma das fontes da publicação “Cultura em números”, em relação aos itens sobre os quais se pesquisam hábitos de consumo (jornal, revista, televisão, rádio, internet, cinema), quando se desagregam os dados por faixas etária, verifica-se a predominância da faixa juvenil (20 a 24 anos) em todos (à exceção de jornal, mais consumido pelos mais velhos), sendo que mais intensamente quando se trata de internet e rádio. Dos itens medidos nessa pesquisa, cinema é o único consumo cultural que se faz fora de casa – e é nesse item que a distância entre as idades se torna maior: nas três primeiras faixas etárias (12 a 19; 20 a 24; e 25 a 34 anos), o consumo de cinema, girando em torno de 20%, representa o dobro ou mais que nas três faixas seguintes (35-44; 45-54; 55-64), que não ultrapassam 9%.

Quando investigada a frequência com que os jovens realizam atividades de cultura e lazer, as respostas confirmam os dados anteriores. Das cinco atividades de lazer mais frequentes entre os jovens, quatro são gratuitas: passear em parques, ir a festas em casa de amigos, cultos religiosos, passeios em *shopping centers*. Estas são atividades que mais da metade dos jovens fizeram, pelo menos, uma vez no último mês, considerada a data da pesquisa.

A frequência a atividades culturais como cinema, *shows*, teatro e concertos, que normalmente exigem pagamento de ingresso, é bem menor: menos de 1/5 dos jovens foi a essas atividades nos últimos 30 dias (cinema - 19% foram nos últimos 30 dias, 28% nunca foram; *shows* de música brasileira - 13% foram nos últimos 30 dias, 36% nunca foram); *shows* de *pop*, *rock* ou *funk* - 9% foram nos últimos 30 dias, 62% nunca foram; teatro - 13% foram nos últimos 30 dias, 38% nunca foram; concertos de música clássica - 1% foi nos últimos 30 dias, 84% nunca foram).

Já a frequência a equipamentos ou atividades de cultura normalmente gratuitas, como bibliotecas e exposições fotográficas, é ainda mais baixa: 8% foram nos últimos 30 dias e 59% nunca foram a bibliotecas; 3% foram nos últimos 30 dias e 71% nunca foram a exposições fotográficas.

**Gráfico 2.** Frequência a atividades de lazer

Fonte: Agenda Juventude Brasil, 2013.

Duas hipóteses podem ser exploradas a partir dessas informações: ou os jovens não têm muito interesse nas atividades culturais, ou sua frequência a essas atividades é afetada por uma série de obstáculos, que tornam difícil o acesso a elas.

## 1.2 Desigualdades de acesso

O acesso às atividades de lazer, entretenimento e cultura é profundamente atravessado por desigualdades, principalmente as de renda e situação de moradia. A presença de equipamentos acessíveis nos territórios em que vivem os jovens, assim como o custo envolvido na realização das atividades, dificultam o acesso e o tornam profundamente desigual.

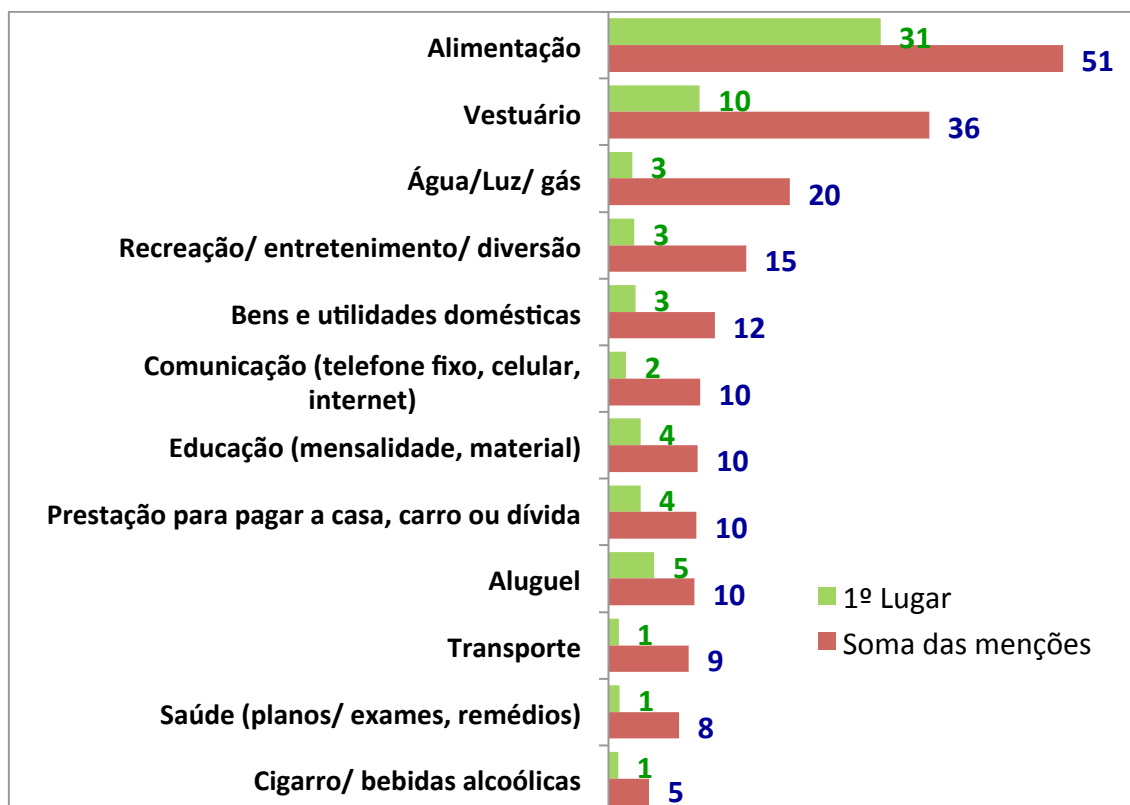
Na pesquisa Agenda Juventude Brasil verifica-se que o acesso e a frequência estão significativamente influenciados pelas diferenças de situação dos jovens, em especial a faixa de renda de suas famílias e a situação de moradia (urbana e rural). Os jovens que pertencem a famílias de renda mais alta são os que mais realizam atividades de lazer e cultura fora de casa; são aqueles que realizam atividades culturais – especialmente as

que envolvem custos – com mais frequência; e aqueles que podem dedicar a maior parte do que ganham a elas. Dentre tais atividades, a que apresenta maior variação entre os grupos sociais é o cinema: enquanto menos da metade (49%) dos jovens do segmento mais pobre já assistiu a um filme na telona, 78% daqueles de estratos médios e 93% dos mais ricos já o fizeram. Outro caso que chama a atenção pela disparidade entre os segmentos refere-se ao teatro: chega a 82% a parcela do grupo de menor renda que nunca foi ao teatro, frente a 63% dos jovens de estratos de renda intermediária e 40% dos mais ricos. O mesmo acontece com o acesso a bares com amigos, danceterias, passeios em *shopping centers*, viagens, *shows*, parques de diversões, concertos de música clássica, jogos em estádio, circo e exposições de fotografia. Neste contexto, as únicas três atividades que não apresentam diferenças significativas entre os estratos de renda são: passear em parques e praças, ir a cultos religiosos e a festa em casa de amigos, exatamente as atividades em que não estão envolvidos gastos.

A possibilidade de frequentar atividades de entretenimento e cultura está, portanto, profundamente determinada pela renda das famílias, o que pode ser observado quando se examinam os dados relativos ao peso desse item nos gastos dos jovens e de suas famílias. As informações da POF/IBGE, sistematizadas pelo MINC na publicação “Cultura em números”, mostram como a média de gastos das famílias com cultura varia profundamente de acordo com a renda: nas famílias com menor renda familiar *per capita*, a média de gastos era de R\$18,00 (7,9% do orçamento familiar) por mês. Nas famílias do grupo com mais renda, o valor médio era superior a R\$ 300,00 (9,3% do orçamento familiar).

Os dados da Agenda Juventude Brasil mostram como essa desigualdade se reproduz na juventude: perguntados sobre os itens com que gastam a maior parte de sua renda, e analisando as respostas através da soma dos três itens mais citados, verifica-se que 15% dos jovens que têm renda própria apontam entretenimento/diversão como um daqueles com que mais gastam, situado atrás, apenas, de alimentação (51%), vestuário (36%) e contas de água, luz etc. (20%). Esse quadro muda significativamente, conforme o nível de renda familiar *per capita* do jovem: o item de entretenimento/diversão está entre os três primeiros nos gastos para 7% dos jovens que vivem em famílias de baixa renda, para 17% nos estratos médios e para 29% nos estratos altos. (Agenda Juventude Brasil).



**Gráfico 3.** Itens com que gasta a maior parte da renda\*

Fonte: Agenda Juventude Brasil, 2013.

\* Considerados os 61% que declararam ter renda própria.

Do ponto de vista racial, chama a atenção a disparidade entre os jovens brancos e os pretos e pardos. Os brancos já experimentaram, mais do que os outros, grande parte das atividades listadas na pesquisa. Mais uma vez, o cinema desponta como atividade com maior variação entre os grupos: enquanto apenas 18% dos brancos nunca o frequentaram, entre os jovens pretos/pardos este percentual chega a 35%. O mesmo acontece com *shows* (de *rock*, *funk* etc.) e teatro: entre os entrevistados brancos, 47% e 44% já participaram desses tipos de evento, respectivamente, enquanto apenas 32% e 30% dos jovens do outro grupo racial o fizeram.

Frente a esses dados, ressalta-se a importância que assumem ações de subsídio para a fruição de cultura (meia entrada, vale cultura), principalmente para jovens de baixa renda. É fundamental levantar o quantitativo de jovens que usufruem de algum tipo de benefício.

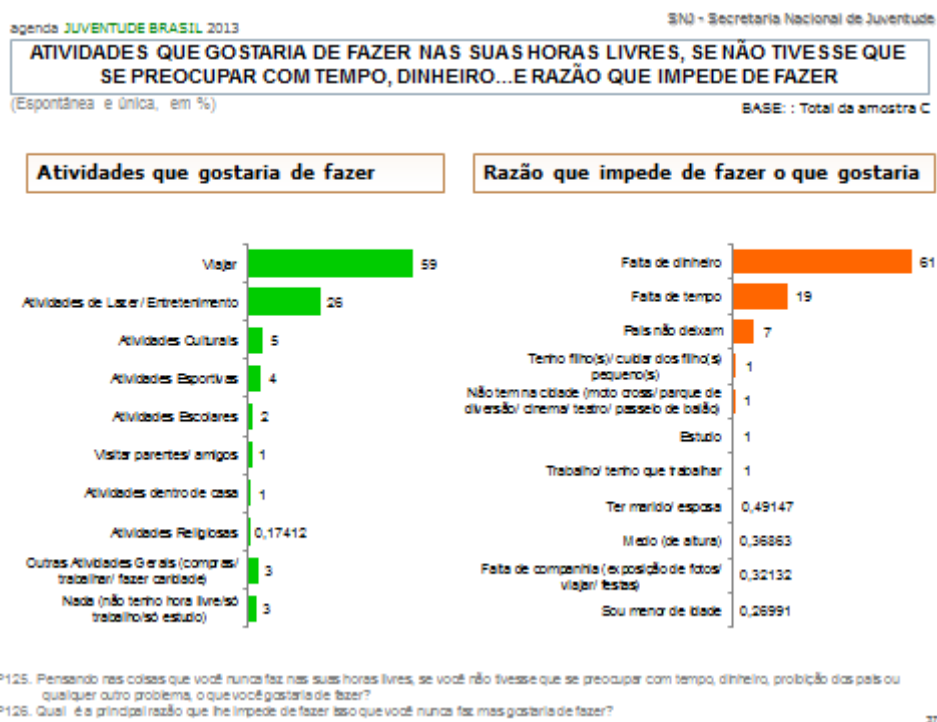
### 1.3. Atividades culturais

Outro item pelo qual se pode inferir o direito de fruição cultural remete ao “oferecimento de atividades culturais” nos municípios, informação levantada pelo suplemento especial da MUNIC, de 2006, que mostra que os itens mais destacados foram: exposições de artesanato (57,7%); feiras de artes e artesanato (55,6%); festivais de manifestação tradicional popular (49,2%); festivais de música (38,7%); festivais de dança (35,5%); concursos de dança (34,8%); e de música (31,9%). Essas informações

ganham mais significado quando cotejadas àquelas referentes à demanda dos jovens por acesso à cultura.

Embora não se disponha de grande quantidade de dados a respeito dessa demanda, algo pode ser revelado pela pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013, nas respostas dadas pelos jovens, a respeito do que gostariam de fazer no seu tempo livre, entre as coisas que nunca fazem, se não tivessem restrições de qualquer ordem (“se você não tivesse que se preocupar com tempo, dinheiro, proibição dos pais ou qualquer outro problema”). Observa-se que “viajar” é, de longe, a atividade mais almejada, citada por 59% dos jovens. Atividades de lazer e entretenimento vêm em segundo lugar (entre elas, *shows*, com 26% das respostas) e atividades de cultura (cinema e teatro, com 5% das respostas) em terceiro.

**Gráfico 4.** Daquilo que nunca fazem, o que mais gostariam de fazer no tempo livre



Fonte: Agenda Juventude Brasil, 2013.

Os motivos pelos quais não fazem essas atividades remetem, principalmente, à “falta de dinheiro”, citada por mais da metade dos jovens (61%). Em um outro patamar, aparecem também os motivos relacionados a “tempo” (19%) e “proibição dos pais” (7%).

A conclusão, com relação a esse primeiro item, é que a frequência a atividades culturais entre os jovens é mais baixa do que poderia ser. Os obstáculos são, principalmente, o custo das atividades comerciais, a baixa presença e a distribuição desigual de equipamentos e de ações culturais gratuitas de interesse dos jovens, o que se pode observar na diferença de acesso segundo a renda familiar dos jovens no quanto os jovens usam de seu tempo livre e de seus ganhos de renda com atividades de lazer e entretenimento.

## 2. Disponibilidade de equipamentos

O acesso a equipamentos onde se pode fruir de atividades culturais também demarca desigualdades, como as que podem ser observadas na diferença de acesso e frequência entre os jovens que vivem no campo e os que vivem nas cidades. Cultura e entretenimento são áreas em que as disparidades entre esses jovens se manifestam com maior contundência. À exceção de eventos religiosos, festa em casa de amigos, frequência a bares com amigos, a jogos de futebol em estádios e a circo, todas as demais atividades são menos realizadas por aqueles que residem em áreas rurais. Conforme a Agenda Juventude Brasil, chama a atenção o fato de que 60% dos jovens da área rural nunca foram ao cinema, ante 22% dos que vivem na área urbana. Outro exemplo: enquanto 86% dos que moram na cidade já passaram algum dia em *shoppings centers*, somente 57% dos entrevistados do campo o fizeram.

A existência de equipamentos de lazer e cultura – tanto os de custo comercial como os públicos e gratuitos – nos municípios revela-se como um fator pelo qual se pode avaliar a garantia do direito à cultura. Nesse sentido, os dados do IBGE, sobretudo os oferecidos pela MUNIC, são bastante úteis para um diagnóstico. Segundo a pesquisa, em 2006, havia poucos municípios dotados com os equipamentos mais demandados pelos jovens, como cinema e salas de espetáculos: apenas 8,7% possuíam salas de cinema e 21% tinham teatros ou salas de espetáculos. Outros equipamentos – que, na maioria das vezes, são mantidos pelo poder público municipal e, por isso, têm maior chance de ser gratuitos – são os centros culturais, museus e bibliotecas. São equipamentos com ainda pouca presença nos municípios, à exceção das bibliotecas, que existiam em 90% das municipalidades brasileiras. Os centros culturais estavam presentes em um quarto dos municípios e os museus em um quinto deles.

Uma dimensão fundamental na existência desses equipamentos refere-se ao seu caráter público, à sua universalidade e à gratuidade do acesso a eles. Entretanto, há outras questões a serem consideradas quando se analisa o quanto as políticas culturais podem atender ao direito dos jovens à cultura, mas sobre as quais não há dados disponíveis:

- (a) a distribuição geográfica dos equipamentos (se os equipamentos se concentram nas regiões centrais ou mais ricas de municípios grandes, os jovens do meio rural e das periferias das grandes cidades enfrentam dificuldades de acesso, a não ser que haja ações de transporte público e subsidiado/gratuito para garantir o deslocamento necessário);
- (b) a qualidade dos equipamentos, as condições físicas e os acervos (a pura existência do equipamento não garante que haja programação ou acervo que concretize a oferta de atividades culturais para a população em geral e para os jovens, especificamente);
- (c) o quanto esses equipamentos desenvolvem atividades atrativas para os jovens;
- (d) o quanto esses equipamentos estão, de fato, “abertos” aos jovens, de modo a acolhê-los, tanto em termos de horários (centros culturais e bibliotecas que costumam fechar às dezoito horas e não abrir nos fins de semana não podem ser frequentadas por jovens que estudam e/ou trabalham) quanto em termos de regras e possibilidades de uso (bibliotecas que só têm espaço e atividades que

exigem silêncio e contenção física dificilmente serão usadas espontaneamente por jovens).

### **3. Apoio à expressão e à produção cultural**

Além do consumo e da fruição de cultura, a garantia desse direito aos jovens também deve se dar pelo direito à expressão e à criação cultural. Não há informações mais precisas sobre quantos atores de cultura jovens existem e demandam apoio, mas se pode ter uma noção da importância desse elemento.

O IBGE, por meio da MUNIC, levanta informações sobre a existência de grupos culturais nos municípios e sobre quais deles recebem apoio das prefeituras. Os dados mostram que mais de metade dos municípios brasileiros têm grupos de artesanato, de dança e de banda de música. Outros destaques são os grupos de manifestação de cultura popular, os de capoeira, os de música, coral e de teatro.

São os grupos de teatro aqueles que mais recebem os incentivos das prefeituras (80,5%). Já 50% das bandas, orquestras, grupos de manifestação tradicional popular, dança, coral e artesanato, onde é reconhecida a sua existência, recebem o apoio do poder público municipal. Apesar de não ser uma atividade com ampla incidência nos municípios, as orquestras, quando presentes, também recebem apoio. Entretanto, os grupos musicais e de capoeira, com um dos maiores percentuais em termos de presença nos municípios, mostram uma maior independência em relação ao poder público. Cabe notar que o circo vem sendo pouco contemplado no contexto cultural brasileiro, não contando com o apoio direto das municipalidades.

A pesquisa Agenda Juventude Brasil não contém um levantamento específico a respeito da atuação cultural dos jovens, mas pode-se perceber a importância da presença de grupos juvenis nas respostas à questão que buscou compor um quadro da participação presente e passada dos jovens em diferentes tipos de organizações, coletivos e movimentos. Constata-se que 15% dos jovens participam ou já participaram de grupos culturais (4% participavam quando da realização da pesquisa) e que os grupos culturais compõem o terceiro maior tipo de coletivo no qual participam jovens (os dois primeiros são “grupos religiosos”, com 19% de jovens participantes ou que já participaram; e grupos esportivos, com 6%). Além disso, 33% dos jovens dizem que gostariam de participar de grupos desse tipo. Porém, sabe-se que poucos desses grupos alcançam apoio ou patrocínio, sem condições de concorrer a editais ou às políticas de financiamento, pois, na sua maioria, são informais, não dispoem de currículo ou portfólio.

Pesquisas qualitativas e localizadas mostram que os grupos culturais de jovens, principalmente os de periferia, têm cumprido importante papel de constituição de alternativas de lazer e fazer cultural, movimentando, mesmo, certas “cenas” e “circuitos” alternativos em territórios de pouca presença de equipamentos públicos ou comerciais. Saraus em bares, cineclubes em becos ou nas lajes, danças de rua, quadrilha nas praças, bailes em galpões têm constituído ações culturais cada vez mais diversificadas e presentes, principalmente nas periferias das grandes cidades. Sabe-se, ainda, que esses grupos necessitam de apoios de vários tipos, além de recursos (na forma de prêmios ou editais que possam acessar): demandam espaço para ensaio e reunião, de preferência espaços públicos que possam partilhar com outros grupos; demandam salas para apresentação e circuitos para troca de experiências com outros grupos; demandam apoio e orientação técnica, tanto nas linguagens artísticas como na

“produção” e divulgação de suas atividades; demandam a possibilidade de usar gratuitamente (não necessariamente de ter a posse) de equipamentos para a produção artística, como estúdios de gravação e gráficas para a impressão. Há poucas formas de ação pública de apoio ao ativismo cultural desses grupos, e essa é uma linha que deveria ser reforçada. Nesse sentido, algumas experiências de ação pública correntes podem oferecer referência.

#### **4. Participação**

É sabido que o ativismo cultural pode constituir uma importante forma de expressão e participação dos jovens e que alguns programas apostam no protagonismo juvenil. Mas o único dado de que se dispõe a respeito de participação institucional em espaços de debate e deliberação sobre política cultural é o do IBGE, que mostra que 17% dos municípios têm conselhos de cultura e que, em 25% deles, há participação de entidades estudantis.

Nesse campo, portanto, também há muito por avançar. Garantir a participação dos jovens implica abrir canais para que seus interesses sejam contemplados nos equipamentos e nas regras – por exemplo, que seus interesses e necessidades também sejam levados em conta nas definições de horários, atividades e organização dos espaços públicos de cultura (centros culturais, bibliotecas, museus); que haja possibilidade de participação nos conselhos gestores desses equipamentos ou nos conselhos que definem as diretrizes de políticas para esses equipamentos. Implica abrir espaços nos instrumentos de debate e deliberação das políticas de cultura (conferências, conselhos etc.) para diferentes tipos de grupos culturais juvenis, além das representações estudantis, que já têm assento em conselhos de cultura, dos grupos de periferia (mesmo que não tenham CNPJ, estatuto e outras vinculações formais), entre outros.

#### **NOTA FINAL**

Os dados e informações sistematizados reafirmam a urgência de que várias linhas de ação sejam desenvolvidas no sentido da ampliação do acesso à cultura para os jovens: a construção de mais e melhores equipamentos, levando em conta sua distribuição geográfica e superando as desigualdades entre urbano e rural, centro e periferia; a definição de diretrizes para as regras de uso e programação de atividades que contemplem os interesses singulares e múltiplos dos jovens; a potencialização de ações da sociedade que instauram espaços e atividades de cultura e que contemplem o enraizamento territorial e a diversidade de linguagem, estilos e identidades. Ações de subsídio, benefícios, barateamento nos ingressos de espetáculos para possibilitar a frequência de jovens de baixa renda são igualmente necessárias, entre outras.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf>. Acesso em: 03/06/2015.

BRASIL. MINC. *Cultura em números* (2ª. ed.). Disponível em: <http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>. Acesso em: 03/06/2015.

BRASIL. SNJ. *Agenda Juventude Brasil*. Disponível em: [http://issuu.com/participatorio/docs/agenda\\_juventude\\_brasil\\_-\\_pesquisa\\_/1?e=12152407/10902032](http://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_/1?e=12152407/10902032). Acesso em: 03/06/2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO – SESC. *Públicos de Cultura*. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/portal/site/publicosdecultura/>. Acesso em: 03/06/2013.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.